



Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ nº 35.198.460/0001-50

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. **Efeitos do curtailment:** Durante o exercício, a Companhia e suas controladas operaram normalmente, estando conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, as controladas tiveram a geração impactada por eventos de curtailment (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.1. No exercício de 2025, o curtailment resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh				Receita bruta sem curtailment		Receita bruta com curtailment	
		programados	MWh gerados	MWh cortados	% corte	(R\$) (i)	(R\$) (ii)	(R\$) (i)	(R\$) (ii)
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	244.189	165.600	81.160	33,23%	25.752	(17.824)	43.576	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	251.147	167.674	83.473	33,23%	26.969	(18.332)	45.301	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	250.895	167.506	83.389	33,23%	25.878	(18.312)	44.190	
Total		746.231	500.780	248.022	33,23%	78.599	54.568	133.067	

(i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas diretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a Companhia, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a. (ii) Refere-se a média dos cortes. O percentual do efeito financeiro do curtailment em relação à receita bruta foi de 25,73%, superior ao percentual de corte energético (33,23%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do curtailment, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as investidas reconheceram valores passíveis de compensação decorrentes de constrained-off, haja visto que os efeitos de constrained-off superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022. Foi reconhecido em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 324, conforme nota explicativa nº 20. A Companhia entende que existem outros valores de curtailment passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº

210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, no julgamento da Companhia, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do curtailment. A administração da Companhia, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existência de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de curtailment, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Administração da Companhia adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração. Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia. O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
			323	

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia, além daqueles já apresentados anteriormente. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Casablanca Holding S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Pirapora, 27 de março de 2026

Balancos patrimoniais - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.310	25.546	22.358	29.177	Fornecedores	16	90.845	87.793	15.287	40.502
Contas a receber	9	24.493	54.189	24.849	64.689	Financiamentos	17	53.334	63.681	53.334	63.681
Impostos a recuperar		1.118	9	1.397	48	Imposto de renda e contribuição social	23	-	1.389	1.335	1.669
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	6.916	1.468	6.957	1.506	Obrigações fiscais		1	1.149	830	1.758
Adiantamento a fornecedores		13	-	13	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1	-
Despesas antecipadas		-	-	779	2	Passivo de arrendamento	13	-	-	51	45
Dividendos a receber	24	15.837	5.985	-	-	Outras contas a pagar	16	882	6.818	5.887	8.625
Tributos diferidos	23	-	2.611	-	2.611	Total do passivo circulante		145.062	160.830	76.725	116.280
Mútuos financeiros com partes relacionadas		-	111	-	-	Financiamentos	17	539.715	651.756	539.715	651.756
Outras contas a receber		-	-	-	1.003	Mútuos financeiros com partes relacionadas	11	10.510	-	271	-
Total do ativo circulante		69.687	89.919	56.353	99.036	Provisão para desmobilização	18	-	-	20.840	18.724
Tributos diferidos	23	11.267	34.540	11.267	34.540	Passivo de arrendamento	13	-	-	9.545	9.596
Investimentos	12	1.266.400	1.300.237	-	-	Total do passivo não circulante		550.225	651.756	570.371	680.076
Mútuos financeiros com partes relacionadas	11	2.502	-	-	-	Patrimônio líquido	19				
Ativo de direito de uso	13	-	-	8.744	9.068	Capital social		740.954	719.254	740.954	719.254
Imobilizado	14	-	-	1.175.594	1.214.257	Hedge de fluxo de caixa		(21.871)	(72.117)	(21.871)	(72.117)
Intangível	15	-	-	49.707	51.565	Prejuízos acumulados		(64.514)	(35.027)	(64.514)	(35.027)
Total do ativo não circulante		1.280.169	1.334.777	1.245.312	1.309.430	Total do patrimônio líquido		654.569	612.110	654.569	612.110
Total do ativo		1.349.856	1.424.696	1.301.665	1.408.466	Total do passivo e patrimônio líquido		1.349.856	1.424.696	1.301.665	1.408.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Nota	Capital Social		Reservas de Hedge	Prejuízos acumulados	Total
		2025	2024			
Subscrição e integralização de capital	19.a	19.144	-	-	-	19.144
Hedge de fluxo de caixa	19.b	-	(106.051)	-	-	(106.051)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.872	26.872
Saldo em 31 de dezembro de 2024		719.254	(72.117)	(35.027)	612.110	
Subscrição e integralização de capital	19.a	21.700	-	-	-	21.700
Hedge de fluxo de caixa	19.b	-	50.246	-	-	50.246
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(29.487)	(29.487)	(29.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		740.954	(21.871)	(64.514)	654.569	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional: A Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma controladora, de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Pirapora, estado de Minas Gerais, com objeto social de atuar no mercado de comercialização de energia em ambiente regulado e para centralizar os investimentos das Companhias detentoras das Usinas Fotovoltaicas do Complexo Casablanca. A Companhia tem como controladora a Atlas Casablanca Holding Ltda., com participação de 99,03% do capital social da Companhia e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. A Companhia foi constituída com o objetivo de centralizar os investimentos das controladas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. Em dezembro de 2022 as controladas diretas da Companhia encerraram a construção da Usina Fotovoltaica e iniciaram a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2036. Diante disso, a Companhia adquiriu de terceiros a energia necessária para honrar o compromisso com o fornecimento de energia até a entrada em operação das usinas. A Companhia iniciou em 2022 sua operação para atender prioritariamente a Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., durante o prazo de 15 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2036. Em 2025 a Companhia iniciou também o atendimento ao contrato de fornecimento junto à Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. como autoprodutora, com vigência até 31 de dezembro de 2034. O fornecimento médio anual é de mais de 976,4 GWh. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. **1.1 Curtailment:** As controladas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como curtailment. Ocorrência por razões externas às usinas e são classificados como: (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema; (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade de equipamentos da Companhia; ou (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares. Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, consequentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes

de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025. Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do curtailment de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação. A Companhia entende que existem outros valores de curtailment passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, consequentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras. **1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros:** O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2025, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 20.372 (R\$ 17.244 em 31 de dezembro de 2024) prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 29.486 (lucro de R\$ 26.872 em 31 de dezembro de 2024). Apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 25.191 (R\$ 61.491 em 31 de dezembro de 2024). Os prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 64.514 (R\$ 35.027 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas entraram em operação em 2022 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a acionista da Companhia poderá transferir recursos de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **1.3 Autorizações para exploração:** As controladas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livre, já tendo firmado contrato com a Controladora para venda total da energia produzida pelas plantas a partir do início da operação comercial, conforme previsto na nota explicativa nº 1. A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

Usina	Período da autorização	Potência MW(médio)	Produção Estimada (P90) (MW/médio)	Início de operação comercial	Ambiente Contratação	Estado	Condição de produção
USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL IV S.A.	17/12/2019 a 17/12/2054	99	27,7	17/11/2022	ACL	MG	Em operação
USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL V S.A.	17/12/2019 a 17/12/2054	99	27,7	26/10/2022	ACL	MG	Em operação
USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LAR DO SOL VI S.A.	17/12/2019 a 17/12/2054	99	27,7	26/10/2022	ACL	MG	Em operação

2. Relação de entidades controladas: Segue abaixo lista das controladas da Companhia:

Controladas	Participação nas controladas (%)	
	País	2025 2024
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. (a)	Brasil	100% 100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. (a)	Brasil	100% 100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. (a)	Brasil	100% 100%

(a) As controladas foram adquiridas em novembro de 2020, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. **3. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado. • Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Vida útil dos ativos tangíveis - Nota explicativa nº 14:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover; **• Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) - Nota explicativa nº 14:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025; **• Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização - Nota explicativa nº 18:** Refere-se às principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e **• Instrumentos financeiros - nota explicativa nº 25:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. **6. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos

apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: (i) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(iii) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Receita de contrato com cliente: o da receita:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: • a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; • a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; • a determinação do preço para cada tipo de transação; • a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e • o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia firmou um PPA (*Purchase Price Agreement*) em Dólar em ambiente de contratação livre, com intuito de otimizar os gastos do cliente que tem suas principais fontes em Dólar americano. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, como o cliente detém moeda funcional Dólar americano, esta operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto, não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; e • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de

Demonstrações de resultados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	20	268.448	262.642	265.487	259.426
Custos de operação	20	(214.663)	(193.731)	(221.968)	(178.542)
Lucro bruto		53.785	68.911	43.519	80.884
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(4.689)	(2.355)	(6.864)	(1.707)
Outras receitas (despesas) operacionais		147	37	(3.934)	7.109
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		49.243	66.593	32.721	86.286
Receitas financeiras	22	587	4.953	632	5.360
Despesas financeiras	22	(57.190)	(55.118)	(60.131)	(58.505)
Resultado financeiro líquido		(6.360)	(50.165)	(59.499)	(53.145)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(22.127)	13.886	-	-
Resultado antes dos impostos		(29.487)	30.314	(26.778)	33.141
Imposto de renda e contribuição social	23	-	(3.442)	(2.709)	(6.269)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(29.487)	26.872	(29.487)	26.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(29.487)	26.872	(29.487)	26.872
Hedge de fluxo de caixa		50			



→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

atendidos. (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente ao financiamento atrelado a moeda estrangeira. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. e. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias 30 anos
A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. g. Ativos intangíveis: • Inclui os Direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora - MG, conforme determinado no CPC 04 - Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 - Intangible Assets, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas: (i) Ativo identificável: A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando: • for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou • resultar de direitos contratuais ou direitos legais. (ii) Controle: A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. (iii) Benefício econômico futuro: A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. • Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível. (iv) Reconhecimento e mensuração: • Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (v) Gastos subsequentes: • Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (vi) Amortização: • A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora - MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial do Grupo. h. Provisão para desmobilização: Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 18. O reconhecimento da provisão de desmobilização acontece mediante a entrada em operação do parque fotovoltaico, dado que neste momento o reconhecimento e mensuração estão livres de incertezas acerca do preço e prazo e o parque está apto a iniciar sua geração. i. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: Contas a receber emitidas serão reconhecidas inicialmente na data em que forem originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequentes: (a) Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: • ao custo amortizado; ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). • ao VJORA (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. (b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). (c) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Table with 2 columns: Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas; Ativos financeiros a VJR; Ativos financeiros a custo amortizado; Instrumentos de dívida a VJORA; Instrumentos patrimoniais a VJORA. Each row contains a description of the asset and its measurement criteria.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificável como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiraram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do pas-

sivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é o valor líquido, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. h. Contabilidade de Hedge ("hedge accounting"): O Grupo designou instrumento financeiro não derivativo, sendo o principal do contrato de financiamento atrelado a moeda estrangeira, dólar americano (USD), como instrumento de hedge, para proteger suas receitas futuras altamente prováveis, firmadas por meio de Contrato de PPA (Power Purchase Agreement), do risco de oscilação de moeda estrangeira, também atrelado ao dólar americano (USD), aplicando a contabilidade de hedge (hedge accounting). No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura mutuamente compensar-se mutuamente. Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de hedge, a fim de assegurar a relação de proteção. Hedge de fluxo de caixa: Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de hedge acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. 1. Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. (a) Mensuração das perdas de crédito esperada: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. (b) Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. (c) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. (d) Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Os ativos não financeiros do Grupo encontram-se em fase pré-operacional e encontram-se de acordo com o cronograma de início de construção, sendo assim não apresentam indicativo de risco de perda do valor recuperável. k. Arrendamentos: Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação. No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento. No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso da Companhia, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,23% a.a. L. Provisões: As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. m. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 7. Normas novas e interpretações: (i) Normas contábeis: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. (a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como

'outros'. (b) Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). (ii) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras: Introdução: A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia. Contexto da Lei Complementar nº 214/2025: A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1 de janeiro de 2026 até 2032. Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras: A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a: • Revisão de preços e margens: A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos. • Fluxo de caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro. Sistemas e processos internos: A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal. • Contratos e acordos comerciais: Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos. • Análise de créditos tributários: A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS. • Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, consequentemente, seu patrimônio líquido. Medidas Adotadas e Próximos Passos: A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de: • Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos. • Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais. • Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados. No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements - PPAs), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada. 8. Caixa e equivalentes de caixa:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows include Depósitos à vista (a), Aplicações financeiras curto prazo (b), Caixa e equivalentes de caixa, and Depósitos bancários prontos para conversão em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows include Contas a receber de clientes - ACL (a), Contas a receber de clientes - Liquidação MCP (b), Constrained-off (d), and Outras contas a receber (c).

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows include Contas a receber de clientes, Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL), e Mútuos financeiros com partes relacionadas: a) Controladora: Mútuos a receber.

Table with 7 columns: Mutuante, Saldo em 31/12/2023, Adições, Saldo em 31/12/2024, Pagamentos, Adições, Juros IOF 31/12/2025, Saldo em 31/12/2025. Rows include Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A., and Mútuos a pagar.

Table with 7 columns: Mutuante, Saldo em 31/12/2024, Adições, Juros IOF 31/12/2025, Saldo em 31/12/2025. Rows include Atlas Casablanca Holding S.A. (i), Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., and Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Table with 5 columns: Part.%, Patrimônio líquido, Resultado do exercício, Intangível (a), 2025. Rows include Composição do investimento em controladas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A., and Composição do investimento em controladas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Table with 5 columns: Part.%, Patrimônio líquido, Resultado do exercício, Intangível (a), 2024. Rows include Composição do investimento em controladas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A., and Composição do investimento em controladas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

Table with 5 columns: Part.%, Saldo em 31/12/2024, Aumento de capital, Distribuição de dividendos, Amortização de mais-valia, Resultado de equivalência patrimonial 31/12/2025. Rows include Composição do investimento Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A., and Composição do investimento Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.



← continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

A seguir é demonstrado o resumo das controladas:

31/12/2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida
<i>Investimentos em controladas</i>				
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	485.701	20.079	465.622	24.770
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	400.661	19.705	380.956	25.880
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	388.138	18.022	370.116	24.933
Total	1.274.500	57.806	1.216.694	75.583

31/12/2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida
<i>Investimentos em controladas</i>				
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	496.214	14.607	481.606	28.332
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	402.848	13.758	389.090	29.848
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	392.286	14.310	377.976	28.301
Total	1.291.348	42.675	1.248.672	86.481

13. Ativo de direito de uso e arrendamento: O Grupo atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados. A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortizações em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	9.068	(324)	8.744
Total do ativo	9.068	(324)	8.744

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortizações em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	9.392	(324)	9.068
Total do ativo	9.392	(324)	9.068

	31/12/2023	Adições	Cessão onerosa (a)	Baixa	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Custo de aquisição:								
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	1.712	-	1.712
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	1.252.393	10.784	(1.833)	(3.508)	1.257.836	2.787	(2.678)	1.257.945
Desmobilização de ativos (b)	26.976	-	-	(8.253)	18.723	-	-	18.723
Total do imobilizado	1.279.369	10.784	(1.833)	(11.761)	1.276.559	4.499	(2.678)	1.278.380
Depreciação acumulada:								
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	(23.682)	(38.761)	-	141	(62.302)	(39.845)	-	(102.148)
Desmobilização de ativos (b)	(1.038)	(928)	-	1.966	(638)	-	-	(638)
Total da depreciação acumulada	(24.720)	(39.689)	-	2.107	(62.302)	(40.483)	-	(102.786)
Total do imobilizado	1.254.649	(28.905)	(1.833)	(9.654)	1.214.257	(35.984)	(2.678)	1.175.594

(a) Transferência de ativos, por meio de cessão onerosa para a Companhia Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. (b) O Grupo realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 18. Em dezembro de 2022 o Grupo concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.f. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e também de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócio (WACC 9,55%). Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*. Os ativos detidos pelo Grupo compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 17. **15. Intangível: a. Conciliação do valor contábil:**

	Consolidado 2025	2024
Custo		
Rede Básica de Transmissão Pirapora - MG	49.707	51.565
Total	49.707	51.565

Direito de acesso da rede básica de transmissão Pirapora - MG: Em 2020 o Grupo efetuou a compra das controladas Lar do Sol IV, V e VI, conforme nota explicativa nº 1 para compor o Complexo Casablanca. Juntamente com a aquisição das Companhias, a Administração identificou o direito de acesso à rede básica de transmissão Pirapora - MG. Desta forma, após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.g, a Companhia reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 55.046. O prazo de amortização do intangível é de 30 anos. A composição do intangível está demonstrada a seguir:

Projeto	SPE	Início licença	Saldo em 31/12/2023	Amortização 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Amortização 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
Casablanca Lar do Sol IV	01/01/2022	17.808	(620)	17.188	(620)	16.568	
	01/01/2022	17.808	(619)	17.189	(619)	16.570	
Casablanca Lar do Sol VI	01/01/2022	17.807	(619)	17.188	(619)	16.569	
		53.423	(1.858)	51.565	(1.858)	49.707	

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
16. Fornecedores e outras contas a pagar:				
Contratação de serviços e materiais (a)	99	739	1.749	6.223
Compra de energia (c)	13.490	33.665	13.524	33.679
Fornecedor partes relacionadas (b)	77.256	53.389	14	600
Total de fornecedores	90.845	87.793	15.287	40.502
Outras contas a pagar (d)	881	6.818	5.887	8.625
Total outras contas a pagar	881	6.818	5.887	8.625
Total fornecedores e outras contas a pagar	91.726	94.611	21.174	49.127

a) Os saldos de serviços e materiais a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção das Usinas Fotovoltaicas nas companhias controladas. b) Refere-se a contas a pagar junto às controladas referente a aquisição de energia para revenda, conforme nota explicativa nº 24. c) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. d) Refere-se a serviços de manutenção e operação. A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 25.

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
17. Financiamentos:				
Financiamentos bancários com garantia				
Saldo inicial	715.437	618.091		
Financiamentos tomados (principal)	-	-	-	-
Pagamento do principal	(49.373)	(61.755)		
Variação cambial (i)	(76.514)	155.658		
Juros incorridos	46.469	49.010		
Juros pagos	(46.965)	(49.059)		
Amortização do custo de captação	-	3.787		
Custo incorrido	3.995	-		
Custo de captação	-	(295)		
Saldo em final	593.049	715.437		
Passivo circulante	53.334	63.681		
Passivo não circulante	539.715	651.756		

(i) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024) e em função da depreciação do câmbio em 2025, é apurada a variação cambial negativa em financiamentos. Adicionalmente a Companhia aplica instrumento de hedge de fluxo de caixa, de modo que a variação cambial do exercício protegida foi de perdas de R\$ 50.246 (perdas de R\$ 106.051 em 2024), incorrendo em tributos diferidos de ativo de R\$ 11.267 (ativo de R\$ 37.151 em 2024), que corresponde a 34% de imposto de renda e contribuição social, líquido de R\$ 21.871 (R\$ 72.117 em 2024), conforme nota explicativa nº 19 e nota explicativa nº 25. **a. Termos e cronograma de amortização da dívida:** Em 2021 foram celebrados os contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB - Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 459.713 - USD 76.300 e R\$ 62.328, com vencimentos em 15 de março de 2033 e 15 de setembro de 2036. O prazo de financiamento é de 15 anos, sendo que a parcela correspondente ao dólar é remunerada a uma taxa média de 8,06% a.a. e parcela correspondente ao real, são remuneradas a taxa CDI + 5,38% a.a. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

	Data do financiamento	Taxa de juros em USD	Valor em BRL	Valor Vencimento final	31/12/2025
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	620	15/03/2033
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	29.231	15/03/2033
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	209	-	15/09/2036
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	9.845	-	15/09/2036
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	87.202	-	15/09/2036
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	1.848	-	15/09/2036
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	7.505	-	15/09/2036
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	159	-	15/09/2036
Custo de captação de financiamentos					
Total					593.049

	Taxa de arrendamento em %	Prazo de arrendamento (anos)	Prazo residual de arrendamento (anos)
Companhias			
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	12,66%	30	28
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	12,66%	30	28
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	12,66%	30	28

	2025	2024
Passivo de arrendamento		
Total	9.596	9.641
Circulante	51	45
Não circulante	9.545	9.596

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamento de principal	Juros de juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento				
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	9.641	(45)	(1.119)	1.119
Total	9.641	(45)	(1.119)	1.119

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamento de principal	Juros de juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento				
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	9.681	(40)	(1.164)	1.164
Total	9.681	(40)	(1.164)	1.164

(i) Refere-se à atualização dos saldos, mediante reavaliação do acervo arrendado. Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,66% a.a.

	2025	2024
21. Custos e despesas operacionais:		
Compra de energia para revenda	(135.935)	-
Operação e manutenção	(77)	(257)
Amortização de intangível	-	-
Compra de energia para revenda (e)	(78.129)	(85.422)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	(302)	(313)
Custos compartilhados - partes relacionadas (b)	(220)	(217)
Compromissos ambientais e sociais	-	-
Custos de locação de terras (a)	-	-
Custos para ativos desmobilizados	-	-
Custo de aporte em garantia	-	-
Seguros	-	(2)
Outros	-	-
Compra de energia partes relacionadas (d)	-	(107.520)
Total	(214.663)	(193.731)

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(98)	(131)	(343)	(326)
Assessoria e advogados	(2.032)	(175)	(5.393)	(199)
Serviços técnicos	(408)	(40)	(529)	(81)
Impostos e taxas	(293)	(92)	(401)	(289)
Depreciação e amortização	(1.858)	(1.858)	-	-
Internet e comunicação	-	1	(198)	(173)
Licenças e despesas regulatórias	-	(60)	-	(60)
Outras despesas	-	-	-	(1)
Despesas com viagens	-	-	-	(578)
Total	(4.689)	(2.355)	(6.864)	(1.707)

	2025	2024
Outras receitas e despesas operacionais		
Baixa de ativo imobilizado (f)	-	-
Outras receitas operacionais	117	37
Outras despesas operacionais	30	-
Total	147	37

(a) Refere-se a custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos. (b) Ao longo de 2025 e 2024 a Companhia dispôs de serviços compartilhados com as demais companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 24. (c) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão. (d) Refere-se à compra de energia das controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 24. (e) Refere-se à compra de energia na modalidade swap. (f) Refere-se à perda e ganho na alienação de ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 14.

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
22. Receitas e despesas financeiras:				
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	389	1.116	498	1.364
Receita de juros - partes relacionadas	185	-	-	-
Variação cambial ativa (a)	13	3.837	134	3.996
Total	587	4.953	632	5.360

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(2.232)	(2.260)	(2.758)	(2.297)
Carta de crédito	-	-	(44)	(43)
Correção monetária para desmobilização (a)	-	-	(2.116)	(2.143)
Despesas de juros com empréstimos (b)	(46.469)	(49.010)	(46.469)	(49.010)
Custo de captação incorrido (b)	(3.995)	(3.787)	(3.995)	(3.787)
Despesa de juros - partes relacionadas (d)	(899)	-	-	-
Juros sobre arrendamentos (c)	(3.595)	-	(1.119)	(1.164)
Variação cambial passiva	-	(61)	(3.630)	(61)
Total	(57.190)	(55.118)	(60.131)	(58.505)

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 18; (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 17; (c) Conforme detalhado na nota explicativa nº 13; (d) Conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
23. Imposto de renda e contribuição social:				
Resultado financeiro, líquido				
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(29.487)	30.314		
Adições (exclusões):				
Variação cambial	-	-	(2.670)	-
Mais-valia	-	-	1.858	-
Outras provisões não dedutíveis temporariamente	-	-	(1.055)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	22.127	(13.886)
Resultado fiscal ajustado - após ajustes das adições e exclusões	(7.360)	14.561		
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	(4.368)	-



→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(iii) Dividendos				
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	6.128	1.870	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	5.609	2.295	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	4.100	1.820	-	-
Total	15.837	5.985	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(i) Operações intercompany - Nacional				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. (*)	-	14	399	(1.132)
Atlas Casablanca Holding S.A.	-	-	201	-
Total	-	14	600	(1.132)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(ii) Mútuos com intercompany (d)				
Atlas Casablanca Holding S.A.	271	-	(64)	-
Total	271	-	(64)	-

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia dispõe de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia. a) Conforme nota explicativa nº 9; b) Conforme nota explicativa nº 16; c) Conforme nota explicativa nº 20 e 21. **25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** a. **Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos ativos e passivos financeiros classificados como VJR (valor justo por meio do resultado) e custo amortizado, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	2025 - Controladora		2024 - Controladora	
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.821	14.709	10.837
Aplicação financeira	8	18.489	-	-
Contas a receber	9	24.163	-	54.189
Dividendos a receber	23	15.837	-	5.985
Mútuos financeiros com partes relacionadas	23	2.502	-	111
Total	18.489	45.323	14.709	71.122
Passivos				
Fornecedores	15	90.845	-	87.793
Financiamentos	16	593.049	-	715.437
Outras contas a pagar	15	881	-	6.818
Total	-	684.775	-	810.048

	2025 - Consolidado		2024 - Consolidado	
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.135	18.141	11.036
Aplicação financeira	8	19.223	-	-
Contas a receber	9	24.849	-	64.689
Outras contas a receber	23	-	-	1.003
Total	19.223	27.984	18.141	76.728
Passivos				
Fornecedores	15	15.273	-	40.502
Financiamentos	16	593.049	-	715.437
Partes relacionadas	12	14	-	-
Passivo de arrendamento	12	9.596	-	9.641
Outras contas a pagar	15	5.887	-	8.625
Total	-	623.819	-	774.205

	2025 - Valor contábil e valor justo (Controladora)		2024 - Valor contábil e valor justo (Controladora)	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	21.310	21.310	25.546
Contas a receber	Nível 2	24.493	24.493	54.189
Dividendos a receber	Nível 2	15.837	15.837	5.985
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	2.502	2.502	111
Total		64.142	64.142	85.831
Passivos				
Fornecedores	Nível 2	90.845	90.845	87.793
Financiamentos	Nível 2	593.049	593.049	715.437
Outras contas a pagar	Nível 2	881	881	6.818
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	10.510	10.510	-
Total		695.285	695.285	810.048

	2025 - Valor contábil e valor justo (Consolidado)		2024 - Valor contábil e valor justo (Consolidado)	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	22.358	22.358	29.177
Contas a receber	Nível 2	24.849	24.849	64.689
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	1.003
Total		47.207	47.207	94.869
Passivos				
Fornecedores	Nível 2	15.287	15.287	40.502
Financiamentos	Nível 2	593.049	593.049	715.437
Passivo de arrendamento	Nível 2	51	51	9.641
Outras contas a pagar	Nível 2	5.887	5.887	8.625
Total		614.274	614.274	774.205

Mensuração do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e • **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como inputs não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável
b. Gerenciamento de risco financeiro:	O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco cambial; e • Risco de taxa de juros. Estrutura de gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. i. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.	

Mútuos financeiros com partes relacionadas

	Controladora	Consolidado
Dividendos a receber	2.502	111
Outras contas a receber	15.837	5.985
Total	64.142	85.831

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha a Companhia prioriza investimentos de curto prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contrai-dos. **Contas a receber:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera. **Aplicações financeiras:** A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido. A exposição máxima consolidada ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como valor justo através do resultado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 19.223 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 18.141 em 31 de dezembro de 2024). **ii. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira intermediária consolidada, individuais e consolidadas. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Controladora					
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	593.049	593.049	53.334	53.334	486.381	-
Fornecedores e outras contas a pagar relacionadas	91.726	91.726	-	-	-	-
Total	684.775	707.897	145.060	53.334	486.381	23.122

	Controladora					
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	715.437	889.355	112.555	272.528	504.272	-
Fornecedores e outras contas a pagar	94.611	94.611	-	-	-	-
Total	910.204	1.068.889	263.474	403.626	336.215	-

	Controladora					
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	593.049	910.204	106.889	263.474	403.626	136.215
Arrendamentos	9.596	32.332	1.596	4.391	5.988	20.357
Fornecedores e outras contas a pagar	94.611	94.611	-	-	-	-
Total	810.048	1.037.147	203.096	267.865	409.614	156.572

	Controladora					
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	715.437	889.355	112.555	272.528	504.272	-
Passivo de arrendamento	9.611	59.775	2.355	7.029	15.036	35.355
Fornecedores e outras contas a pagar	49.127	49.127	-	-	-	-
Total	774.205	998.257	164.037	279.557	519.308	35.355

iii. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **iv. Risco cambial: Hedge de fluxo de caixa envolvendo as receitas futuras altamente prováveis da Companhia.** Os valores de referência, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US\$ 1,00/R\$ 5,22 (US\$ 1,00/R\$ 6,19), são apresentados a seguir:

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Em USD	Em BRL
Variáveis cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos - Financiamento em (USD) prováveis	Variáveis cambiais parte das receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa spot BRLxUSD	Set/2022 à nov/2036	114.874	711.335

	Em USD	Em BRL
Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2023	125.306	606.644
Designação durante o exercício	(10.432)	(53.698)
Varição cambial	-	158.386
Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2024	114.874	711.335
Designação durante o exercício	(8.407)	(83.902)
Varição cambial	-	(61.177)
Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2025	106.467	566.256

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício. As receitas futuras altamente prováveis, oriundas dos contratos de PPA (Power Purchase Agreement), atrelados ao dólar americano (USD), designadas como objetos de proteção nas relações de hedge de fluxo de caixa representam, em média, 42% das receitas futuras altamente prováveis, dos mesmos contratos de PPA (Power Purchase Agreement), atrelados ao dólar americano (USD). A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a ser realizada pelas futuras receitas realizadas dos contratos de PPA (Power Purchase Agreement).

	Varição Cambial	Efeito tributário (34%)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.415	(17.481)	33.934
Reconhecido no patrimônio líquido	(160.683)	54.632	(106.051)
Total em 31 de dezembro de 2024	(109.268)	37.151	(72.117)
Reconhecido no patrimônio líquido	41.470	8.776	50.246
Total em 31 de dezembro de 2025	50.246	28.375	(21.871)

	Taxa em		Cenário		Sensibilidade	
	31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ +	Δ + 25%	Δ + 50%
Variação das taxas						
Risco de aumento das taxas de câmbio SD (a)	5,22	5,50	5,50	6,87	8,25	
Risco de itens off-balance (*)						
Moeda/Risco	Exposição	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%		
Contratos de PPA	USD	106.467	585.568	731.428	878.352	
Risco de aumento (passivo)						
Moeda/Risco	Exposição	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%		
Financiamentos (**)	USD	(106.467)	(585.568)	(731.428)	(878.352)	
Hedge de fluxo de caixa Contratos (PPA) Moeda/Risco	USD	106.467	585.568	731.428	878.352	


(*) Contratos para revenda de energia futura que serão reconhecidos no resultado em contrapartida ao ativo somente no momento da entrega da energia contratada. (**) Designados como objeto de hedge de fluxo de caixa para o percentual de 41,5% das receitas futuras altamente prováveis. **Risco de taxa de juros:** Decore da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fi-

xada. E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia. **Análise de sensibilidade:** Em atendimento ao item 40 do CPC 40 - Instrumento Financeiros Evidenciação/IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros do Grupo que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

	Variação		Cenário		Sensibilidade	
	31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	
Juros e índices						
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%	
Controladora						
Saldos em						
Índice	31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução (ativo)						
Aplicações financeiras	CDI	18.489	20.754	2.831	3.397	(2.831)
Consolidado						
Saldos em						
Índice	31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução (ativo)						
Aplicações financeiras	CDI	19.223	20.844	2.944	3.532	(2.944)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	



★ continuação	Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
<p>trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente</p>	<p>ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações</p>	<p>São Paulo, 27 de Março de 2026</p> <p>KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP014428/0-6</p> <p>Daniel A. da S. Fukumori Contador CRC 1SP245014/0-2</p>

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/394D-8D97-1633-2EFA> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 394D-8D97-1633-2EFA



Hash do Documento

5eeh5uVQd2NIAjadwriXm/wq+wWeWiWVwDdRAR3vdM8=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 28/04/2026 21:46
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9289528 Longitude: -43.957973 Accuracy: 3667.224852771513

IP: 172.16.4.27

AC: AC SAFEWEB RFB v5

